

2018 vale uma missa?

MARCELO DE PAIVA ABREU*

Depois de um quadriênio de má gestão econômica que, por bem pouco, não lhe custou a reeleição, Dilma Rousseff protagonizou espetacular virada de casaca. Busca convencer o público de que renegou a “nova matriz econômica” e se converteu às virtudes da política econômica prudente.

A liderança petista registra, assim, um segundo episódio de apostasia, de negação da fé. Primeiro Lula, em 2002, com a *Carta ao Povo Brasileiro*, repudiou boa parte das baboseiras programáticas do PT. Agora Dilma dá uma cambalhota e desmente quase tudo o que disse na campanha eleitoral.

Tudo indica que o PT tem um novo patrono oculto: Henrique IV, rei da França. Protestante que se tomou famoso pela frase que lhe é atribuída, “Paris bem vale uma missa”, que pretendia justificar a sua conversão ao catolicismo. Paris, no caso de Dilma Rousseff, é metáfora que reflete a mistura de preservação de condições de governabilidade com as aspirações de eleição de Lula em 2018.

Joaquim Levy tornou-se a figura emblemática da metamorfose rousseffiana. Suas qualidades como economista são notórias. Mas há razões para julgar que o otimismo quanto ao sucesso na transição do governo rumo à racionalidade, que tomou conta de boa parte do “mercado”, deve-se mais à recorrente propensão a um contagiante jogo do contente do que à análise objetiva dos fatos.

O retrospecto de quatro anos sugere que o Banco Central não vá jogar papel decisivo na formulação da política econômica. Supondo, com ousadia, que a presidente tenha seguido, com proveito, um curso relâmpago sobre delegação de decisões, a política econômica será definida no eixo Fazenda-Planejamento.

Levy terá como principal colaborador Nelson Barbosa, cujo *pentimento* surpreendeu os analistas que acompanharam a formulação e implementação da finada “nova matriz econômica”. Seu afastamento do governo em 2013 parece ser credencial bem modesta para justificar crenças quanto à solidez de sua conversão à austeridade.

Houve quem buscasse na história exemplos de cooperação entre os ministros da Fazenda e do Planejamento que pudessem lançar luz sobre a relação entre Levy e Barbosa. Mas os dois exemplos mencionados, Mário Simonsen no Planejamento e Karlos Rieschbiter na Fazenda, em 1979, e Delfim Netto no Planejamento e Ernane Galvêas na Fazenda, em 1980, não parecem relevantes, pois, nos dois casos, Simonsen e Delfim eram figuras amplamente dominantes.

A busca de paralelos históricos pode ser mais útil se a memória for mais longa. Getúlio Vargas, em seu segundo governo, recebeu como herança uma infraestrutura em petição de miséria, pressões inflacionárias substanciais e termos de troca muito favoráveis. Seu primeiro ministro

da Fazenda foi Horácio Lafer, uma a vis rara: um industrial que favorecia políticas econômicas prudentes. Defendia a estratégia “Campos Salles-Rodrigues Alves”, inspirada nos quadriênios da virada do século, quando a política de estabilização de Campos Salles abriu espaço para as obras sob Rodrigues Alves. Para a presidência do Banco do Brasil, Getúlio, por conveniência política, escolheu Ricardo Jafet, tesoureiro de sua campanha. O resultado foi o fracasso da estabilização. Enquanto Lafer tentava controlar gastos e ampliava a oferta de importações, Jafet patrocinava generosa expansão de crédito no Banco do Brasil. Foi o início de uma longa crise, cujos desdobramentos só arrefeceriam, em 1956, com a posse de JK.

Heterogeneidade de equipes econômicas dificilmente produz bons resultados. Depois que a tríade de autoridades foi apresentada, outras iniciativas reforçaram as dúvidas quanto à efetiva viabilidade da estratégia esboçada. Mais RS 30 bilhões foram transferidos ao BNDES. E o banco seria, a partir de agora, subordinado ao Ministério do Planejamento. Está ficando esquisito. O nome do jogo parece ser brincar com fogo.

* Doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é Professor Titular no Departamento de Economia da PUC-Rio.